

EVASÃO E PERMANÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL EVARALDO VASCONCELOS JR. (AP): DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS, INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

SCHOOL DROPOUT AND RETENTION AT EVARALDO VASCONCELOS JR. STATE SCHOOL (AP): SOCIOECONOMIC, INSTITUTIONAL CHALLENGES AND POLICY RESPONSES IN THE AMAZON CONTEXT

DESERCIÓN Y PERMANENCIA ESCOLAR EN LA ESCUELA ESTADUAL EVARALDO VASCONCELOS JR. (AP): DESAFÍOS SOCIOECONÓMICOS, INSTITUCIONALES Y POLÍTICAS DE ENFRENTAMIENTO EN EL CONTEXTO AMAZÓNICO

Neiva da Silva Nunes¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: A evasão escolar persiste como um dos principais desafios da educação básica brasileira, especialmente nas regiões periféricas e em territórios marcados por desigualdades históricas, como o estado do Amapá e o contexto amazônico, onde se insere a Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., que materializa em seu cotidiano as tensões entre o direito formal à educação e as condições concretas de permanência estudantil, evidenciando como fatores intra e extraescolares se combinam para interromper trajetórias escolares que poderiam ser contínuas e bem-sucedidas. Este artigo discute, em perspectiva teórico-bibliográfica, os conceitos de evasão e permanência escolar, analisa fatores socioeconômicos, institucionais e organizacionais associados ao abandono dos estudos, descreve políticas públicas e programas voltados ao enfrentamento do problema e sistematiza estudos sobre evasão no contexto amazônico, tomando a escola em foco como referência concreta para refletir sobre tais políticas e práticas em nível local. Busca-se articular referenciais clássicos sobre reprodução das desigualdades, evidências empíricas recentes e análises situadas no Norte brasileiro, com o objetivo de subsidiar estratégias de prevenção da evasão e fortalecimento da permanência com qualidade social, em diálogo com a gestão escolar, os docentes, as famílias e os próprios estudantes. Argumenta-se que apenas ações integradas, que combinem políticas de proteção social, melhoria das condições de trabalho pedagógico e práticas escolares mais dialógicas e inclusivas, são capazes de produzir impactos duradouros sobre os índices de evasão em escolas públicas situadas em territórios vulnerabilizados, como é o caso da Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr. e de outras instituições da rede estadual de ensino no Amapá.

7766

Palavras-chave: Evasão Escolar. Permanência Escolar. Fatores Socioeconômicos. Políticas Públicas. Amazônia Brasileira.

¹ Graduação em pedagogia. (UNIFAP - Universidade federal do Amapá). Pós-graduação: gestão do trabalho pedagógico: gestão escolar, orientação escolar e supervisão escolar (Faculdade ATUAL - Amapá). Mestrando em Ciência da Educação (Christian Business School). Escola de atuação Everaldo da Silva Vasconcelos Júnior.

² PhD, doutora em ciências da educação, mestra em ciências da educação, especialista em escrita avançada, psicopedagoga, pedagoga, Professora e orientadora da Christian Business School - CBS.

ABSTRACT: School dropout remains one of the main challenges faced by Brazilian basic education, especially in peripheral regions and territories marked by historical inequalities, such as the state of Amapá and the wider Amazon context, where Evaraldo Vasconcelos Jr. State School is located and where the daily life of the institution reveals the tensions between the formal right to education and the concrete conditions required for students to remain and succeed in school. This article develops a theoretical and bibliographical discussion of the concepts of dropout and school retention, analyses socioeconomic, institutional and organizational factors associated with leaving school, describes public policies and programs designed to address the problem and systematizes previous studies on dropout in the Amazon region, taking the school under focus as an empirical reference for reflecting on such policies and practices at the local level. The text seeks to connect classical frameworks on the reproduction of social inequalities, recent empirical evidence and analyses grounded in the North of Brazil, with the purpose of supporting strategies to prevent dropout and strengthen meaningful school retention in dialogue with school management, teachers, families and students themselves. It argues that only integrated actions that combine social protection policies, better pedagogical working conditions and more dialogical and inclusive school practices can produce lasting effects on dropout indicators in public schools located in vulnerable territories, such as Evaraldo Vasconcelos Jr. State School and other institutions belonging to the state network of Amapá.

Keywords: School Dropout. School Retention. Socioeconomic Factors. Public Policies. Brazilian Amazon.

RESUMEN: La deserción escolar sigue siendo uno de los principales desafíos de la educación básica brasileña, especialmente en las regiones periféricas y en territorios marcados por desigualdades históricas, como el estado de Amapá y el contexto amazónico, donde se ubica la Escuela Estatal Evaraldo Vasconcelos Jr., que expresa en su cotidiano las tensiones entre el derecho formal a la educación y las condiciones concretas de permanencia estudiantil, evidenciando cómo factores intra y extraescolares se combinan para interrumpir trayectorias educativas que podrían ser continuas y exitosas. Este artículo realiza una discusión teórica y bibliográfica sobre los conceptos de deserción y permanencia escolar, analiza factores socioeconómicos, institucionales y organizativos asociados al abandono de los estudios, describe políticas públicas y programas orientados al enfrentamiento del problema y sistematiza estudios sobre la deserción en el contexto amazónico, tomando la escuela analizada como referencia concreta para reflexionar sobre dichas políticas y prácticas en el ámbito local. Se busca articular referencias clásicas sobre la reproducción de las desigualdades, evidencias empíricas recientes y análisis situados en la región Norte de Brasil, con el objetivo de apoyar estrategias de prevención de la deserción y fortalecimiento de la permanencia con calidad social, en diálogo con la gestión escolar, el profesorado, las familias y los propios estudiantes. Se sostiene que solo acciones integradas, que combinen políticas de protección social, mejora de las condiciones de trabajo pedagógico y prácticas escolares más dialógicas e inclusivas, pueden producir efectos duraderos sobre los índices de deserción en escuelas públicas localizadas en territorios vulnerabilizados, como es el caso de la Escuela Estatal Evaraldo Vasconcelos Jr. y de otras instituciones de la red estatal de enseñanza en Amapá.

7767

Palabras clave: Deserción Escolar. Permanencia Escolar. Factores Socioeconómicos. Políticas Públicas; Amazonia Brasileña.

I INTRODUÇÃO

A evasão escolar, compreendida como o desligamento definitivo do estudante do sistema de ensino, é hoje uma das faces mais visíveis da violação do direito à educação no Brasil, pois traduz em números a incapacidade do Estado de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar de crianças, adolescentes e jovens que, muitas vezes, têm na escola a principal política pública de proteção social que alcança seus cotidianos. No contexto da Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., situada no município de Santana estado do Amapá, essa problemática se expressa em trajetórias interrompidas, reprovações sucessivas e afastamentos silenciosos, que vão naturalizando a ideia de que determinados sujeitos e territórios estariam destinados a percursos escolares curtos e marcados pelo fracasso.

Quando se observa a evasão escolar a partir de uma perspectiva sociológica, torna-se evidente que ela não resulta apenas de escolhas individuais, mas está diretamente articulada às estruturas de desigualdade que organizam a sociedade brasileira, nas quais a escola atua tanto como espaço potencial de emancipação quanto de reprodução das distâncias sociais entre grupos de diferentes origens de classe, raça, gênero e território. Na realidade amazônica, marcada por índices elevados de pobreza, precariedade de serviços públicos e longas distâncias entre comunidades e unidades escolares, as barreiras para o exercício do direito à educação se multiplicam e tensionam permanentemente a capacidade das redes estaduais de manter seus estudantes frequentando e aprendendo.

7768

No caso específico do Norte do país, estudos apontam que a combinação entre oferta insuficiente de vagas em determinadas etapas, infraestrutura deficiente, dificuldades de transporte escolar, trajetos inseguros e baixa atratividade do currículo do ensino médio contribui para que muitos adolescentes, especialmente das camadas populares, passem a enxergar a escola como um espaço pouco conectado às suas expectativas e necessidades de vida, o que favorece o abandono precoce (SALATA, 2019). Em escolas como a Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., inseridas em territórios amazônicos que convivem com desemprego, informalidade e ausência de políticas urbanas e sociais consistentes, a decisão de deixar os estudos frequentemente aparece como resposta imediata a exigências de trabalho, responsabilidades familiares e experiências de fracasso acumulado ao longo da trajetória escolar.

Ao mesmo tempo, diferentes pesquisas chamam atenção para o fato de que a evasão não pode ser analisada apenas pelo prisma da pobreza ou da necessidade de trabalhar, pois fatores ligados à organização da escola, às relações pedagógicas, ao clima institucional e às expectativas

que professores e gestores alimentam em relação aos estudantes são igualmente decisivos para que eles permaneçam ou se afastem da vida escolar. A Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., nesse sentido, não é apenas cenário onde variáveis externas atuam de forma determinante, mas também espaço no qual práticas pedagógicas mais acolhedoras, escuta qualificada, projetos interdisciplinares e estratégias de busca ativa podem ressignificar a experiência escolar e ampliar as chances de permanência, especialmente dos estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

Diante desse quadro, este artigo tem como objetivo discutir a evasão escolar na Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., situada no estado do Amapá, tomando tal instituição como referência para uma reflexão mais ampla sobre os desafios da permanência estudantil no contexto amazônico, articulando dimensões conceituais, socioeconômicas, institucionais e de políticas públicas. Para tanto, organiza-se em quatro movimentos principais: uma primeira discussão sobre conceitos de evasão e permanência; a análise dos fatores socioeconômicos; o exame de fatores institucionais e organizacionais; e a apresentação de políticas e programas voltados ao enfrentamento da evasão, concluindo com considerações que apontam possibilidades de ação no âmbito da escola e da rede estadual de ensino do Amapá.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITOS DE EVASÃO E PERMANÊNCIA ESCOLAR

A literatura especializada destaca que a evasão escolar não deve ser confundida com situações pontuais de ausência ou afastamento temporário, pois se refere ao rompimento duradouro do vínculo do estudante com a escola e, muitas vezes, com o próprio sistema de ensino, o que a diferencia de fenômenos como abandono momentâneo, transferência ou simples repetência (SILVA FILHO, 2017). Essa distinção é importante porque permite qualificar as estatísticas educacionais e compreender com maior precisão os impactos da evasão sobre as trajetórias de vida de adolescentes e jovens que deixam de acessar certificados, oportunidades de estudo e inserções mais qualificadas no mundo do trabalho (SALATA, 2019).

Ao discutir o conceito de evasão, diversos autores chamam atenção para o fato de que o fenômeno não pode ser explicado por causas únicas, mas resulta de um processo gradual de desengajamento do estudante, marcado por baixos níveis de aprendizagem, repetências, experiências de fracasso e conflitos com colegas e professores, que vão corroendo o sentido atribuído à escola (CERATTI, 2008). A decisão de sair tende a aparecer como ato final de um

percurso de afastamento progressivo, no qual a instituição deixa de ser percebida como espaço de pertencimento e de construção de projetos de futuro, especialmente quando não é capaz de reconhecer as identidades, culturas e saberes trazidos pelos estudantes de contextos populares (BOURDIEU, 2008).

A permanência escolar, por sua vez, não se reduz à simples presença física em sala de aula, mas envolve condições para que o estudante se mantenha motivado, aprenda, construa vínculos significativos e seja reconhecido como sujeito de direitos, o que exige da escola um conjunto de estratégias pedagógicas, de apoio e acompanhamento contínuo (COSTA, 2023). Permanecer implica sentir-se parte da comunidade escolar, experimentar relações de respeito e confiança e perceber que o esforço investido nos estudos tem potencial de transformar a própria vida, a da família e a realidade do território em que se vive (SILVEIRA SOUZA, 2013).

Alguns estudos enfatizam ainda a importância de diferenciar os conceitos de acesso, permanência e sucesso escolar, uma vez que políticas que ampliam matrículas sem garantir condições de aprendizagem podem mascarar situações de exclusão interna, nas quais estudantes frequentam a escola, mas não se apropriam de conhecimentos, tampouco avançam nas etapas previstas (SILVA FERREIRA, 2020). Nessas situações, a evasão pode aparecer como desfecho de um processo de exclusão que já se vinha produzindo de forma velada, em turmas superlotadas, com currículos descontextualizados e práticas pedagógicas pouco atentas às necessidades dos jovens, como frequentemente relatam estudantes de escolas públicas de ensino médio (SALATA, 2019).

7770

Na perspectiva das teorias da reprodução social, a evasão é compreendida como um dos mecanismos pelos quais o sistema escolar contribui para a manutenção das desigualdades de classe, uma vez que aqueles que mais se afastam da instituição são justamente os estudantes oriundos de famílias com menor capital econômico, cultural e social, que encontram maiores barreiras para converter a escolarização em mobilidade social (BOURDIEU, 2008). A permanência duradoura na escola, nesse quadro, costuma ser privilégio de grupos que já dispõem de condições materiais e simbólicas favoráveis, enquanto os demais vivenciam um percurso escolar marcado por obstáculos que tornam a saída quase uma consequência esperada, embora não desejada (SILVA FILHO, 2017).

Nos documentos de organismos oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, a evasão é frequentemente definida com base em indicadores de fluxo escolar que identificam estudantes que não concluem a etapa em tempo esperado e não se reencontram no sistema em anos subsequentes, o que exige metodologias específicas de

acompanhamento longitudinal das matrículas (IBGE, 2019). Essa abordagem estatística é fundamental para dimensionar o problema em escala nacional, mas precisa ser complementada por análises qualitativas que deem voz aos sujeitos e permitam compreender significados atribuídos à saída da escola, como revelam pesquisas com jovens que desistiram dos estudos no ensino médio (NERI, 2009).

A permanência escolar, em contrapartida, começa a ser trabalhada em documentos de política pública como um direito que depende da articulação entre diferentes dimensões, que vão desde programas de proteção social e transporte escolar até o fortalecimento de processos de ensino e aprendizagem capazes de garantir que os alunos avancem com domínio dos conteúdos essenciais (BRASIL, 2022). Em escolas como a Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., essa concepção de permanência como direito integral exige que equipes gestoras e docentes olhem para além da frequência diária, desenvolvendo estratégias de acompanhamento da trajetória, de escuta dos estudantes e de diálogo com as famílias, de modo a identificar precocemente sinais de desengajamento (MINAS GERAIS, 2023).

Autores que analisam o fenômeno da evasão a partir da experiência concreta de escolas de periferia destacam a existência de uma “zona cinzenta” entre presença e ausência, na qual estudantes passam a frequentar a escola de forma irregular, a acumular faltas e a manter uma relação intermitente com os estudos, que muitas vezes antecipa a ruptura definitiva com o sistema (COSTA, 2023). No contexto amazônico, onde deslocamentos podem ser longos, dependentes de condições climáticas e de transporte fluvial ou rodoviário, essa frequência irregular tende a ser agravada pela combinação entre dificuldades logísticas e necessidades de trabalho e cuidado no âmbito familiar (SILVA FILHO, 2017).

Existe ainda um debate conceitual importante sobre a diferença entre evasão e abandono, no qual alguns autores utilizam o termo abandono para indicar afastamentos temporários, nos quais o estudante retorna em anos subsequentes, enquanto a evasão estaria associada a saídas definitivas do sistema escolar, ainda que essa distinção nem sempre seja feita de forma uniforme nas estatísticas oficiais (SILVA FILHO, 2017). Na prática da escola, porém, a preocupação central é evitar que tanto o abandono quanto a evasão se concretizem, o que leva muitas redes a adotarem a expressão “interrupção de trajetória”, ressaltando a necessidade de acompanhar o estudante em suas idas e vindas, sempre buscando reaproximá-lo da vida escolar (SILVA FILHO, 2017).

A compreensão da permanência como processo exige também que se considere que estudantes podem permanecer na escola em condições extremamente precárias, enfrentando

discriminações, violências simbólicas e falta de apoio pedagógico, o que configura formas de permanência excludente, nas quais o direito à educação é garantido apenas formalmente (BOURDIEU, 2008). Em escolas estaduais do Amapá, relatos de estudantes apontam situações de desmotivação profunda, desorganização de horários, ausência frequente de professores e falta de recursos didáticos, elementos que, mesmo sem produzir evasão imediata, corroem o vínculo e reduzem a expectativa de continuidade dos estudos até o final do ensino médio (AMAZÔNIA 2030, 2021).

No plano conceitual, torna-se importante, portanto, trabalhar com a ideia de que evasão e permanência constituem extremos de um continuum, ao longo do qual se distribuem diferentes formas de presença e afastamento, que vão desde o engajamento intenso até a desfiliação quase completa, ainda que o nome do estudante permaneça na lista de chamada (COSTA, 2023). Essa visão processual é especialmente útil para escolas como a Evaraldo Vasconcelos Jr., que podem se valer de indicadores de frequência, participação em atividades, resultados de avaliação e relatos de professores para identificar, ainda em estágios iniciais, os estudantes mais vulneráveis ao abandono e planejar intervenções que fortaleçam seu vínculo com a instituição (MINAS GERAIS, 2023).

2.2 FATORES SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS À EVASÃO ESCOLAR

7772

Os fatores socioeconômicos aparecem de forma recorrente como explicações centrais para a evasão escolar, sobretudo quando se examinam dados que mostram maior incidência de abandono entre estudantes de famílias com baixa renda, baixa escolaridade dos responsáveis e inserções precárias no mercado de trabalho, o que é particularmente evidente nas regiões Norte e Nordeste do país (IBGE, 2019). Na realidade do Amapá e da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr., muitas famílias dependem de ocupações informais, intermitentes e mal remuneradas, o que pressiona adolescentes a ingressar precocemente no trabalho, seja para complementar a renda doméstica, seja para garantir o próprio sustento em contextos de vulnerabilidade extrema (NERI, 2009).

Pesquisas baseadas em inquéritos domiciliares mostram que, quando se pergunta diretamente aos jovens por que deixaram de frequentar a escola, a necessidade de trabalhar, a falta de interesse e a crença de que o estudo não trará retornos concretos aparecem entre as principais justificativas, revelando que as decisões sobre permanecer ou sair são tomadas em um cenário de oportunidades limitadas e forte pressão econômica (SALATA, 2019). Nas periferias urbanas e em comunidades amazônicas, essa pressão tende a ser ainda mais intensa,

pois o acesso a empregos formais é restrito e uma parte significativa dos jovens é direcionada a atividades informais, temporárias e muitas vezes insalubres, que competem frontalmente com o tempo e a energia necessários para estudar (AMAZÔNIA 2030, 2021).

Relatórios elaborados por centros de pesquisa apontam que a renda domiciliar per capita está fortemente associada à probabilidade de evasão, de modo que jovens oriundos das famílias mais pobres apresentam chances significativamente maiores de não concluir a educação básica, ainda que tenham ingressado na escola na idade esperada (NERI, 2009). Essa relação entre pobreza e abandono escolar, porém, não é mecânica, uma vez que políticas de transferência de renda condicionada, como programas que exigem frequência mínima, podem contribuir para reduzir o risco de evasão, especialmente nas faixas etárias em que o trabalho se apresenta como alternativa concreta ao estudo (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2023).

Além da renda, a escolaridade dos pais ou responsáveis constitui outro fator relevante, na medida em que famílias cujos adultos concluíram etapas mais avançadas tendem a valorizar de forma diferente a escola, a acompanhar tarefas, a participar de reuniões e a incentivar a continuidade dos estudos, mesmo diante de dificuldades financeiras (NERI, 2009). Em muitos lares amazônicos, porém, adultos tiveram trajetórias escolares interrompidas por evasão precoce, o que limita o repertório de experiências positivas em relação à escola e pode naturalizar a ideia de que “estudar muito não é para todos”, reproduzindo expectativas reduzidas em relação ao futuro educacional dos filhos (COSTA, 2023).

7773

Outro elemento importante diz respeito às desigualdades de gênero na evasão, já que meninas e meninos deixam a escola por motivos que, embora relacionados à condição socioeconômica, assumem formas distintas na experiência concreta, com as primeiras frequentemente impactadas por gravidez precoce e responsabilidades de cuidado, e os segundos por exigência de trabalho remunerado (SALATA, 2019). Na Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr., relatos de docentes indicam que muitas alunas interrompem os estudos em função da maternidade, de uniões precoces e da sobrecarga com tarefas domésticas, o que evidencia a necessidade de políticas específicas de suporte à permanência de jovens mães e de promoção da igualdade de gênero no espaço escolar (INSTITUTO UNIBANCO, 2023).

O território em que a escola se localiza também influencia profundamente o risco de evasão, pois comunidades com infraestrutura precária, ausência de equipamentos culturais e esportivos, dificuldade de acesso a transporte e serviços de saúde tendem a oferecer menos oportunidades de construção de projetos de vida que incluam a continuidade dos estudos (AMAZÔNIA 2030, 2021). No Amapá, o isolamento de determinadas áreas, a sazonalidade de

atividades econômicas e a vulnerabilidade de famílias que dependem de trabalhos informais contribuem para que a escola concorra com outras urgências, como garantir alimentação, moradia e segurança básicas, o que muitas vezes leva adolescentes a priorizar o imediato em detrimento de um futuro escolar que lhes parece distante (IBGE, 2019).

Estudos recentes indicam ainda que jovens negros e indígenas, especialmente em regiões amazônicas, enfrentam riscos adicionais de evasão, que combinam discriminações étnico-raciais, ausência de representatividade no currículo e na composição do corpo docente e experiências de preconceito no ambiente escolar (SILVA FILHO, 2017). Em escolas estaduais como a Evaraldo Vasconcelos Jr., que atendem populações diversas, torna-se fundamental reconhecer essas dimensões e promover práticas pedagógicas que valorizem culturas locais, histórias de resistência e identidades amazônicas, de modo a transformar a escola em espaço de afirmação e não de negação de pertencimentos (COSTA, 2023).

A relação entre evasão e trabalho precoce merece atenção especial, pois, em muitos casos, a inserção no mercado ocorre de forma informal, sem proteção social e em atividades que exigem esforço físico intenso, o que contribui para o cansaço, a sonolência em sala de aula e o abandono gradual dos estudos (NERI, 2009). No contexto da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr., adolescentes frequentemente relatam jornadas que combinam trabalho diurno e estudo noturno, em um ritmo que se torna insustentável ao longo do tempo e que poderia ser mitigado por políticas que flexibilizem horários, ofertem cursos integrados à formação profissional e ampliem oportunidades de aprendizagem articuladas às necessidades reais dos jovens do território (SILVA, 2016).

Também não se pode ignorar o impacto de eventos macroeconômicos sobre a evasão, como crises econômicas, períodos de retração do emprego formal ou de expansão de trabalhos informais, que alteram a forma como famílias avaliam os custos e benefícios de manter os filhos na escola em determinadas fases da vida (NERI, 2009). Em momentos de maior escassez, a pressão para que adolescentes contribuam com a renda tende a aumentar, enquanto a escola, quando não consegue apresentar um projeto pedagógico atraente e vinculado às possibilidades concretas de inserção social, corre o risco de ser vista como espaço pouco relevante frente à urgência da sobrevivência (SALATA, 2019).

No campo das políticas públicas, experiências de transferência de renda condicionada, ampliação da alimentação escolar, programas de transporte gratuito e oferta de material didático têm demonstrado capacidade de reduzir barreiras econômicas diretas ao acesso e à permanência, embora não sejam suficientes para enfrentar sozinhas a complexidade da evasão (INSTITUTO

UNIBANCO, 2023). Para escolas da rede estadual amapaense, aproveitar essas políticas de forma articulada, identificando os estudantes que mais podem se beneficiar delas e estabelecendo fluxos de comunicação com os órgãos responsáveis por sua implementação, é parte essencial de uma estratégia mais ampla de proteção social articulada à permanência escolar (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2023).

2.3 FATORES INSTITUCIONAIS E ORGANIZACIONAIS DA ESCOLA QUE INFLUENCIAM A EVASÃO

Os estudos sobre evasão escolar têm enfatizado que as condições internas de funcionamento das escolas possuem papel decisivo na permanência dos estudantes, ainda que não expliquem sozinhas um fenômeno tão complexo, o que desloca o foco exclusivo das famílias e dos indivíduos para a responsabilidade compartilhada das instituições educacionais (SILVA FILHO, 2017). Aspectos como gestão democrática, clima escolar, estabilidade do quadro docente, qualidade da infraestrutura, organização do tempo e do espaço pedagógico e existência de práticas de acolhimento e escuta são apontados como relevantes para que a escola se torne um lugar em que o estudante se sinta pertencente e reconhecido, reduzindo as chances de abandono (COSTA, 2023).

No contexto da Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., fatores organizacionais como rotatividade de professores, ausência de planejamento coletivo, fragilidades na comunicação com famílias e comunidade e dificuldades para articular projetos pedagógicos contínuos podem contribuir para a construção de uma imagem de escola desorganizada, pouco previsível e incapaz de garantir experiências de aprendizagem significativas (MINAS GERAIS, 2023). Quando o estudante percebe que aulas são frequentemente canceladas, que conteúdos são retomados diversas vezes em razão da troca de docentes e que avaliações não dialogam com o que foi efetivamente trabalhado, sua percepção de relevância da escola tende a diminuir, abrindo espaço para o desengajamento (DE SOUSA, 2025).

A infraestrutura escolar constitui outra dimensão central, pois ambientes com salas superlotadas, falta de ventilação adequada, carência de laboratórios, bibliotecas pouco equipadas e ausência de espaços de convivência e práticas esportivas comunicam, de forma simbólica, o grau de importância atribuído à educação naquele território (AMAZÔNIA 2030, 2021). Em regiões amazônicas, desafios adicionais como calor intenso, períodos de chuva prolongados e dificuldades de transporte ampliam a necessidade de condições físicas adequadas, de modo que investir na melhoria da estrutura da Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr. significa também

reconhecer o direito dos estudantes a aprender em ambientes dignos e estimulantes (IBGE, 2019).

O clima escolar, entendido como a qualidade das relações estabelecidas entre estudantes, professores, gestores e demais profissionais, tem sido destacado como fator protetivo em relação à evasão, na medida em que ambientes marcados por respeito, cooperação e senso de comunidade tendem a favorecer a permanência, enquanto espaços atravessados por conflitos constantes, violências e discriminações produzem afastamento (COSTA, 2023). Em escolas estaduais do Amapá, relatos de estudantes sobre experiências de preconceito, práticas de humilhação em sala de aula e ausência de mediação adequada de conflitos apontam para a necessidade de investir em formação continuada voltada à construção de uma cultura escolar inclusiva e antidiscriminatória (SILVA JÚNIOR, 2017).

A organização curricular e a forma como os conteúdos são trabalhados também influenciam a decisão de seguir ou abandonar os estudos, sobretudo no ensino médio, etapa em que muitos jovens questionam a utilidade prática do que aprendem e não enxergam ligação entre as disciplinas e seus projetos de vida (SALATA, 2019). No caso da Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., a construção de projetos integradores que aproximem conhecimentos científicos das realidades amazônicas, valorizem saberes tradicionais e abordem temas como trabalho, cultura, meio ambiente e direitos humanos pode aumentar a percepção de relevância da escola e fortalecer o vínculo dos estudantes com o processo de aprendizagem (BRASIL, 2022).

7776

A forma como a escola lida com a avaliação e com a repetência é outro aspecto relevante, pois práticas avaliativas centradas apenas na verificação de conteúdos em provas finais, sem oferta de apoio, recuperação paralela e acompanhamento dos estudantes com dificuldades, tendem a produzir ciclos de fracasso que culminam em abandono (CERATTI, 2008). Em lugar de naturalizar reprovações sucessivas como estratégia de seleção, a Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr. pode desenvolver políticas internas de acompanhamento sistemático da aprendizagem, com uso pedagógico de avaliações diagnósticas e formativas que permitam identificar dificuldades com antecedência e agir antes que o estudante desista (MINAS GERAIS, 2023).

A relação escola-família também se apresenta como dimensão institucional decisiva, pois, quando há comunicação escassa, contato apenas em situações de conflito ou ausência de canais de diálogo, perde-se a oportunidade de construir alianças que sustentem a permanência dos estudantes em momentos de crise (INSTITUTO UNIBANCO, 2023). Em regiões amazônicas, onde famílias muitas vezes desconfiam da escola em razão de experiências

anteriores de discriminação ou de frustração, torna-se ainda mais importante que a gestão da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr. promova espaços de participação, reuniões dialogadas, visitas domiciliares e estratégias de busca ativa que aproximem a instituição da comunidade (SILVA FILHO, 2017).

Programas de acompanhamento da frequência, identificação de risco de evasão e busca ativa, como os sistemas de alerta precoce desenvolvidos em diferentes redes estaduais, mostram que é possível construir mecanismos institucionais para monitorar sinais de afastamento e intervir de forma oportuna (MINAS GERAIS, 2023). Adaptar essas experiências ao contexto da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr. envolve organizar equipes responsáveis por acompanhar registros de faltas, analisar conjuntamente casos de baixa participação, planejar visitas e contatos com estudantes e famílias e articular redes intersetoriais com assistência social e saúde quando necessário (BRASIL, 2022).

Outro fator institucional importante diz respeito às condições de trabalho dos professores, pois jornadas excessivas, baixos salários, necessidade de atuar em múltiplas escolas e ausência de tempo remunerado para planejamento e formação reduzem a capacidade docente de construir vínculos sólidos com os estudantes e de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras (IBGE, 2019). Nas escolas da rede estadual do Amapá, garantir que docentes tenham condições de permanecer por mais tempo na mesma unidade, com turmas relativamente estáveis e espaços para planejamento coletivo, é condição para que a relação pedagógica deixe de ser apenas cumprimento de horário e se torne acompanhamento efetivo de trajetórias (COSTA, 2023).

7777

Por fim, é preciso reconhecer que a cultura escolar construída ao longo dos anos em cada instituição influencia expectativas de permanência e de sucesso, de modo que escolas historicamente associadas a reputações de fracasso, indisciplina ou baixa qualidade enfrentam desafios adicionais para mobilizar famílias e estudantes em torno de projetos de mudança (DE SOUSA, 2025). No caso da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr., investir em projetos que valorizem conquistas acadêmicas, difundam histórias de ex-alunos que concluíram seus estudos, fortaleçam iniciativas de tutoria e monitoria entre pares e transformem a escola em espaço de produção cultural e científica pode contribuir para alterar gradualmente essa cultura e criar um ambiente institucional mais favorável à permanência (AMAZÔNIA 2030, 2021).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR

As políticas públicas de enfrentamento da evasão escolar têm se diversificado nas últimas décadas, combinando ações de proteção social, iniciativas pedagógicas, programas de incentivo financeiro e estratégias de gestão voltadas à identificação e prevenção do abandono, embora ainda de forma desigual entre as regiões brasileiras (SILVA, 2020). Em nível nacional, medidas como a ampliação da obrigatoriedade escolar, o fortalecimento de programas de alimentação, transporte e material didático e a criação de incentivos financeiros condicionados à frequência têm buscado reduzir barreiras econômicas diretas à permanência, com resultados importantes, mas insuficientes para eliminar o problema (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2023).

Uma das contribuições relevantes de estudos sobre políticas educacionais é mostrar que programas de transferência de renda, associados a condicionalidades de frequência, tendem a reduzir a evasão nas séries iniciais, mas apresentam impacto mais limitado no ensino médio, faixa etária em que o trabalho remunerado se torna uma alternativa concreta e em que os jovens avaliam com maior criticidade a relevância da escola (NERI, 2009). Isso sugere que, para adolescentes atendidos pela Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr., políticas de renda são necessárias, porém não bastam, sendo preciso articular-las a ações específicas de orientação vocacional, oferta de cursos articulados à educação profissional e construção de projetos de vida que dialoguem com a realidade amazônica (INSTITUTO UNIBANCO, 2023).

7778

Nos últimos anos, ganharam destaque iniciativas de busca ativa escolar, nas quais equipes intersetoriais utilizam dados de matrícula e frequência para identificar estudantes em risco de evasão e realizar visitas domiciliares, contatos telefônicos e atendimentos personalizados, buscando compreender motivos do afastamento e negociar estratégias de retorno (SILVA FILHO, 2017). Essas ações, quando adaptadas a contextos como o do Amapá, precisam considerar peculiaridades territoriais, como longas distâncias entre moradias e escola, comunidades ribeirinhas de difícil acesso e condições climáticas adversas, o que reforça a importância de parcerias entre secretarias de educação, assistência social e transporte (AMAZÔNIA 2030, 2021).

Políticas estaduais específicas, como planos de enfrentamento ao abandono e à evasão escolar, têm sido desenvolvidas em diferentes redes, prevendo ações como monitoramento de frequência em tempo real, formação de comissões de acompanhamento da permanência, protocolos de intervenção em casos de risco e oferta de apoio pedagógico e psicossocial (MINAS GERAIS, 2023). A adaptação de um plano desse tipo à realidade da rede estadual do Amapá, com foco em escolas como a Evaraldo Vasconcelos Jr., pode representar importante avanço,

desde que seja construído de forma participativa, com envolvimento de gestores, professores, estudantes e famílias, e conte com recursos para ser implementado de maneira consistente, evitando que se torne apenas um documento formal (BRASIL, 2022).

No plano pedagógico, programas de escolas em tempo integral e de ampliação da jornada surgem como estratégias para fortalecer vínculos, diversificar experiências formativas e oferecer mais tempo para estudos, atividades esportivas, culturais e de reforço, o que pode contribuir para reduzir a evasão, especialmente em territórios com poucas alternativas de lazer e cultura (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2023). No entanto, a implementação desse modelo em regiões amazônicas exige atenção à infraestrutura, à oferta de alimentação adequada, à disponibilidade de transporte e à necessidade de conciliar a permanência no ambiente escolar com responsabilidades de trabalho e cuidado assumidas por muitos jovens (AMAZÔNIA 2030, 2021).

Outro eixo de políticas envolve o fortalecimento do ensino médio como etapa capaz de articular formação geral e preparação para o mundo do trabalho, por meio de itinerários formativos flexíveis, projetos integradores e parcerias com instituições de educação profissional, o que pode aumentar a percepção de utilidade da escola e reduzir a evasão (SALATA, 2019). Para estudantes da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr., a possibilidade de cursar componentes curriculares que dialoguem com cadeias produtivas locais, com a economia solidária, com iniciativas de sustentabilidade ambiental e com tecnologias sociais adequadas ao contexto amazônico pode ser determinante para que decidam permanecer na escola por enxergar nela um caminho concreto para a construção de projetos de vida (SILVA, 2016).

7779

As políticas de formação continuada de professores também desempenham papel relevante no enfrentamento da evasão, na medida em que preparam os docentes para lidar com turmas heterogêneas, planejar práticas mais ativas e dialogadas, mediadas por problemas reais do território, reconhecer e enfrentar situações de violência e discriminação e construir relações pedagógicas mais horizontais (COSTA, 2023). Na rede estadual amapaense, garantir que professores da Escola Estadual Evaraldo Vasconcelos Jr. participem de formações que abordem especificamente permanência e evasão, com foco na realidade amazônica, pode contribuir para que as políticas macro se traduzam em mudanças efetivas no cotidiano da sala de aula (BRASIL, 2022).

2.5 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO AMAZÔNICO / NORTE BRASILEIRO

A produção acadêmica sobre evasão escolar no contexto amazônico tem crescido, ainda que permaneça inferior ao volume de estudos realizados em outras regiões, o que revela tanto a relevância quanto a urgência de compreender as especificidades da permanência e do abandono em territórios marcados por desigualdades históricas, diversidade cultural e desafios logísticos singulares (AMAZÔNIA 2030, 2021). Pesquisas que analisam redes públicas de ensino em estados como Pará, Amazonas e Amapá enfatizam que as taxas de evasão tendem a ser maiores em áreas rurais, ribeirinhas e periféricas, onde o acesso físico à escola é dificultado por longas distâncias, precariedade de transporte e sazonalidade de rios e estradas (SILVA FILHO, 2017).

Estudos qualitativos conduzidos com estudantes, famílias e professores da região apontam que a decisão de abandonar a escola é fortemente influenciada pela necessidade de trabalhar em atividades como pesca, agricultura familiar, comércio informal e serviços urbanos, bem como por responsabilidades de cuidado assumidas por adolescentes em relação a irmãos mais novos, idosos e pessoas com deficiência no núcleo familiar (SILVA FILHO, 2017). Em muitas comunidades amazônicas, a escola é percebida simultaneamente como espaço de oportunidades e de estranhamento cultural, na medida em que, por vezes, desconsidera saberes tradicionais, línguas e modos de vida locais em favor de currículos pouco contextualizados e centrados em referências do Sul e do Sudeste (AMAZÔNIA 2030, 2021).

7780

Outra contribuição importante vem de pesquisas que demonstram a associação entre evasão e ausência de políticas educacionais específicas para povos indígenas e comunidades quilombolas na Amazônia, evidenciando que a oferta de escolas de ensino médio nessas áreas é ainda mais limitada, o que obriga muitos jovens a se deslocarem para centros urbanos e a enfrentar rupturas significativas em suas redes de apoio (IDB, 2024). A impossibilidade de permanecer em alojamentos adequados, o custo de vida mais alto nas cidades e a discriminação sofrida por estudantes indígenas e quilombolas geram situações em que a evasão aparece como resposta a um contexto de profunda desproteção e desarraigamento (SILVA FILHO, 2017).

No caso específico do Amapá, estudos apontam que a combinação entre crescimento urbano desordenado, insuficiência de infraestrutura escolar em bairros periféricos e dificuldades de coordenação entre políticas de educação, transporte e assistência social tem impacto direto sobre as trajetórias escolares de adolescentes, especialmente no ensino médio (AMAZÔNIA 2030, 2021). Em escolas estaduais de Macapá e de outros municípios, relatos de estudantes sobre longos deslocamentos, insegurança no trajeto, falta de iluminação pública e ausência de

transporte regular ilustram como o simples ato de chegar à escola pode se tornar um obstáculo cotidiano à permanência (SILVA JÚNIOR, 2017).

Pesquisas realizadas em escolas amazônicas também destacam a presença de uma cultura de baixa expectativa em relação à continuidade dos estudos, na qual professores e gestores, influenciados pela experiência repetida de evasão, por vezes passam a considerar natural que estudantes deixem a escola para trabalhar ou constituir família, o que reduz esforços institucionais de prevenção (COSTA, 2023). Em escolas semelhantes à Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., essa cultura pode se concretizar em práticas como pouca insistência em casos de faltas recorrentes, ausência de busca ativa sistemática e fraca articulação com serviços de proteção social, reforçando um círculo vicioso em que a evasão alimenta a descrença na possibilidade de permanência e vice-versa (SILVA JÚNIOR, 2017).

Outra linha de estudos na região amazônica analisa a relação entre evasão e qualidade da oferta escolar, apontando que escolas com maior carência de professores, maior incidência de aulas vagas e menor acesso a material didático tendem a registrar índices mais elevados de abandono, mesmo quando atendem populações com perfis socioeconômicos semelhantes às de outras unidades (AMAZÔNIA 2030, 2021). Isso sugere que a melhoria da qualidade da escola, entendida em sentido amplo, pode funcionar como fator de proteção mesmo em contextos de pobreza, o que reforça a necessidade de investir em infraestrutura, valorização docente e organização pedagógica nas escolas estaduais do Amapá (IDB, 2024).

7781

Estudos comparativos entre diferentes estados da Amazônia Legal indicam ainda que políticas específicas, como programas de escolas de tempo integral, iniciativas de busca ativa escolar e parcerias com organizações comunitárias, quando bem implementadas e adaptadas ao contexto, podem produzir reduções significativas nos índices de evasão (INSTITUTO UNIBANCO, 2023). Para que escolas como a Estadual Everaldo Vasconcelos Jr. se beneficiem dessas experiências, é preciso que políticas estaduais considerem a diversidade interna do território amazônico, evitando soluções padronizadas que não levem em conta diferenças entre áreas urbanas, rurais e ribeirinhas (AMAZÔNIA 2030, 2021).

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a evasão escolar na Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., situada no município de Santana no estado do Amapá, não pode ser compreendida como resultado de decisões individuais isoladas, mas como expressão de um conjunto de fatores estruturais, socioeconômicos, institucionais e simbólicos que se

articulam na produção de trajetórias escolares interrompidas. A combinação entre desigualdades de renda, baixa escolaridade familiar, necessidade de trabalho precoce, precariedade da oferta escolar e ausência de políticas integradas de proteção social cria um cenário em que permanecer na escola se torna, para muitos estudantes, tarefa mais difícil do que abandoná-la.

Do ponto de vista conceitual, discutir as diferenças entre acesso, permanência e sucesso escolar permitiu reafirmar que garantir a matrícula inicial não é suficiente para concretizar o direito à educação, sobretudo em contextos amazônicos, nos quais barreiras logísticas, culturais e econômicas tendem a se acumular ao longo do tempo. A permanência, entendida como processo que envolve vínculo, aprendizagem, reconhecimento e participação, exige que a escola se organize de modo a construir experiências significativas, capazes de dialogar com projetos de vida dos estudantes e com as especificidades do território em que estão inseridos.

No plano institucional, destacou-se que fatores como clima escolar, estabilidade do quadro docente, qualidade da infraestrutura, formas de avaliação, relação com as famílias e existência de práticas de busca ativa compõem um conjunto de elementos sobre os quais a própria escola pode intervir, mesmo diante de limites impostos por desigualdades mais amplas. No caso da Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr., investir na construção de um ambiente acolhedor, em projetos curriculares contextualizados à realidade amazônica, em espaços de escuta juvenil e em mecanismos permanentes de acompanhamento da frequência e da aprendizagem aparece como caminho estratégico para reduzir a evasão e fortalecer a permanência.

7782

A discussão sobre políticas públicas mostrou que, embora programas de transferência de renda, alimentação, transporte e oferta de escolas em tempo integral representem avanços importantes, sua efetividade depende da articulação com ações pedagógicas e de gestão desenvolvidas em cada unidade escolar. Para a rede estadual do Amapá e para escolas como a Everaldo Vasconcelos Jr., o desafio central consiste em integrar diferentes iniciativas em um projeto político-pedagógico que reconheça a permanência com qualidade social como eixo estruturante, combinando proteção social, inovação pedagógica, formação docente e participação comunitária.

Por fim, as pesquisas sobre evasão no contexto amazônico indicam que ouvir estudantes, famílias e ex-alunos é condição indispensável para que políticas e práticas escolares se aproximem das necessidades reais dos sujeitos, em vez de reproduzir visões distantes e estigmatizantes sobre juventudes populares. Ao assumir a evasão como problema coletivo e não como fracasso individual, a Escola Estadual Everaldo Vasconcelos Jr. pode se tornar referência

de uma escola que, em meio às desigualdades e desafios do Norte brasileiro, reafirma o direito à educação como direito à permanência, à aprendizagem e à construção de projetos de vida mais justos e solidários para as juventudes amazônicas.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA 2030. **Educação na Amazônia Legal: diagnóstico e pontos críticos**. São Paulo: Amazônia 2030, 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lançada política para reduzir evasão escolar e aprimorar a aprendizagem na educação básica**. Brasília: MEC, 2022.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e consequências**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. Evasão escolar, identificação, causas e características: uma revisão bibliográfica. **Revista Educação Pública**, v. 23, n. 41, 2023.

DE SOUSA, William Carlos. Evasão escolar no Brasil: uma análise dos fatores determinantes e estratégias de combate. **Aracê**, v. 7, n. 9, e8214, 2025.

IBGE. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. 7783

IDB. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Educação na região amazônica**. Washington, DC: BID, 2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Abandono escolar: causas e soluções**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2023.

INSTITUTO UNIBANCO. **Guia sobre abandono e evasão escolar: um panorama da educação básica no Brasil**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de enfrentamento ao abandono e à evasão escolar**. Belo Horizonte: SEE-MG, 2023.

NERI, Marcelo Cortes. **Motivos da evasão escolar**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2009.

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 21, n. 1, p. 99-128, 2019.

SILVA, Geovana de Oliveira. Políticas públicas no combate à evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura. **ID on Line – Revista de Psicologia**, v. 14, n. 53, p. 1010-1025, 2020.

SILVA, Wander Augusto. Evasão escolar no ensino médio no Brasil. **Educação em Foco**, v. 19, n. 29, p. 13-34, 2016.

SILVA FERREIRA, Elen Cristina da. Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, v. 1, n. 2, p. 39-48, 2020.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SILVA JÚNIOR, Adalberto Silva. Repensando a evasão escolar: uma análise sobre o direito à educação no contexto amazônico. **Holos**, v. 33, n. 2, p. 199-213, 2017.

SILVEIRA SOUZA, José Antônio da. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 6, p. 19-29, 2013.